

## TECNOLOGIAS DE GOVERNO, MORALIDADES E MASCULINIDADES NA PRÁTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

*GOVERNANCE TECHNOLOGIES, MORALITIES AND MASCULINITIES IN THE PRACTICE OF SOCIAL ASSISTANCE*

Gabriela Felten da Maia<sup>1</sup>, Renata Lemes Allram<sup>2</sup>

---

RECEBIDO: 10/03/2018 | ACEITO: 01/05/2018

DOI: 10.5902/2317175831477

### RESUMO

O presente artigo visa discutir e problematizar as questões de gênero na política de assistência social à luz dos marcos regulatórios, especialmente no que tange a invisibilidade dos homens nos equipamentos e a visão tradicional dos/as profissionais que atuam nesse segmento. Trazendo à tona reflexões com enfoque nas tecnologias de governo, trabalha-se a centralidade da família a partir de uma perspectiva de gênero, tendo como campo discussão a prática profissional em um município de médio porte.

**Palavras-Chave:** gênero; homens; tecnologias de governo; moralidades; assistência social.

---

<sup>1</sup>Possui formação em Psicologia, pela Universidade Federal de Santa Maria; é Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria; Doutoranda em Antropologia Social pela UFRGS.

<sup>2</sup>Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS/STAS), de Cachoeira do Sul-RS.

## ABSTRACT

*This article aims to discuss and problematize gender issues in social assistance policy in the light of regulatory frameworks, especially regarding the invisibility of men in equipment and the traditional vision of professionals working in this segment. Bringing reflections focused on government technologies, the centrality of the family is worked from a gender perspective, having as a field the professional practice in a medium-sized municipality.*

**Keywords:** *genre; men; governance technologies; moralities; social assistance.*

## 1 Introdução

Historicamente calcada no favor e na benesse, nos tempos – nem tão distantes – da Legião Brasileira de Assistência (LBA), a política de assistência social, criada e conduzida, basicamente por e para mulheres, nos convoca a pensar o atravessamento de gênero na atual conjuntura dessa política como um desafio diário. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), procurando afastar aquelas características da LBA, torna-se uma forma do Estado profissionalizar as expressões da questão social até então atingidas somente por caridade. Focada na centralidade da família, mantém quase inalterada a visão tradicional de mulher cuidadora, logo a “única” encarregada pela organização familiar. Desta forma, ao responsabilizar a mulher e enaltecer esse papel histórico do cuidado acaba por invisibilizar os homens nesse processo e, conseqüentemente, como usuários dos serviços e programas que acabam sendo pensados/estruturados para mulheres e performando o gênero feminino.

O objetivo de análise será pensar o cotidiano da política pública de assistência social, guiadas por um olhar situado de uma assistente social e uma psicóloga, ambas alinhadas às discussões feministas de gênero. Tomando as inquietações que as acompanham como problemas teóricos e práticos, a questão que guia essa reflexão é: em que medida a relação família-mulher produz os homens e o masculino, isto é, performa (*enact*) gênero e constantemente produz e materializa a invisibilidade dos homens?

Para pensar essa questão, três dimensões conceituais possibilitam refletir e clarear os incômodos que surgiam ao longo de nossa prática profissional: a categoria tecnologias de governo, economia moral e gênero. Essas três dimensões conceituais tornaram-se importante para retomar todas as inquietações que emergiram no trabalho diário de acompanhar indivíduos e famílias, além disso, deram outro sentido a nossa experiência profissional.

Por meio de três exemplos pinçados da prática profissional cotidiana das autoras, será explanado além das invisibilidades dos homens e do masculino na assistência social, a questão histórica tradicional do cuidado como recaindo sobre a mulher, no momento em que se responsabiliza a “mãe” pelo comparecimento aos serviços e equipamentos. Utilizando como referência os marcos sociais regulatórios, se analisa como se discorre a respeito da centralidade na família na

política de assistência social, mas na prática se opera para a responsável familiar, seja pela visão das/os profissionais, em sua maioria do sexo feminino, seja pela visão habitual associada do cuidado à mulher.

## 2 Gênero e tecnologias de governo

A perspectiva das tecnologias de governo, como um conjunto de estratégias, saberes, dispositivos, procedimentos e análises que permitem governar os sujeitos, práticas e moralidades torna-se importante para pensar nossas experiências. Schuch, Ribeiro e Fonseca (2013) afirmam que as tecnologias de gestão de famílias e indivíduos não podem ser vistas como neutras porque são elementos morais e políticos que configuram populações preferenciais de intervenção. Focando nas análises foucaultianas do poder enquanto produtivo, as autoras consideram o potencial analítico de pensar as tecnologias como modos de governar e produzir sujeitos, autoridades e práticas articuladas a um conjunto multifacetado de técnicas, saberes, dispositivos legais, programas e serviços.

Um olhar para o cotidiano de uma política pública, pensando as práticas profissionais como produzindo essa política, possibilita-nos compreender que a noção de família presente no desenho da política de assistência social, uma forma abstrata que é constantemente acionada pelo/as profissionais, não resiste a um olhar para às práticas nas quais as pessoas usuárias do serviço estão em relação constante. Fonseca e outros (2016) chamam a atenção que é das minúcias da administração do Estado que se pode perceber onde reside o poder de regular as populações, nos detalhes técnicos de implementação das políticas públicas ou nos processos burocráticos. Como sugerem essas autoras, o impacto mais contundente das políticas públicas reside menos nas cartilhas e documentos que explicitam seu funcionamento do que nos detalhes de sua implementação e operacionalização cotidiana. Por isso, importa colocar em exame as formas como as intervenções são constitutivas de uma economia moral que configuram populações preferenciais, o público-alvo beneficiário, articuladas com noções de gênero.

O deslocamento dos princípios para as práticas da arte de governar, das engrenagens cotidianas das políticas públicas, constituídas por profissionais e usuários concretos, emoções e sensibilidades que produzem o Estado na cotidianidade (FASSIN e outros., 2013), implica pensar este não como uma entidade homogênea e totalizante, mas resultado das tecnologias de poder, funcionando e exercendo-se em relação a estas, “como conjuntos de atividades práticas, produtos locais de trabalhos coletivos de grupos heterogêneos de atores, humanos e não humanos” (FONSECA e outros, 2016, p. 16-17). Nesse sentido, como destaca Fassin (2005), são os fundamentos morais que constituem as formas de governo contemporânea e do tipo de cidadania que produz, quando se trata de refletir sobre a avaliação moral da diferença realizada no

processo de atendimento e acompanhamento de sujeitos em políticas sociais, que precisamos focar.

Nesse contexto, emoções, estereótipos vão ser postos em prática porque são nas ações tomadas pelos agentes, os mediadores estatais, que se pode ler a política do Estado. Ainda que haja diretrizes, leis, orientações técnicas, há uma margem interpretativa para a gestão prática das situações presentes nas políticas públicas (FASSIN e outros, 2013) que “toman la decisión ‘por alma y conciencia propia’” individualizando as situações sob a qual se deve intervir, em que se procede a partir da exposição do sofrimento em “una asociación entre escasez de recursos, situación de vida o muerte y confrontación directa com el sufrimiento del otro” (FASSIN, 2005, p. 214-215).

Essa apreensão cotidiana e empírica do Estado (FASSIN e outros, 2013) nos permite pensar o gênero compondo uma das tecnologias de governo que passa a integrar o cotidiano do Estado para a produção e regulação de corpos, produzindo sujeitos de gênero como uma realidade política beneficiária de atendimento e de práticas de intervenção múltiplas. Seguindo as trilhas dos debates de Scott (1995), gênero deve ser pensando como um campo político de disputas em que o poder se manifesta, constituindo significados e organizando de forma hierárquica e dinâmica as relações de gênero. Portanto, articula-se uma dimensão política ao gênero, em que, afirma a autora:

Se tratamos a oposição entre homem e mulher como problemática e não como conhecida, como algo que é contextualmente definido, repetidamente construído, então, devemos constantemente perguntar não apenas o que está em jogo em proclamações ou debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas de gênero que estão sendo invocadas ou reinscritas (SCOTT, 1995, p. 93).

Através dessa perspectiva entendemos que gênero não é algo dado ou pré-existente, mas é continuamente materializado pelas ações e sentidos produzidos pelas/os profissionais que atuam na assistência social. Portanto, não se trata de trabalhar com representações e papéis de gênero que seriam reiterados na política de assistência social, mas refletir sobre invisibilidade dos homens como sendo feito nas e pelas práticas cotidianas do trabalho de mulheres, em sua maioria, que atualizam e constituem determinadas sensibilidades, valores e percepções sobre os/as sujeitos usuários/as dos serviços da assistência social, portanto, atravessadas por uma tecnologia de gênero.

Para Lauretis (1994, p. 228), uma tecnologia de gênero produz, estabiliza e reatualiza as normas de gênero binário através de um “complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior”. Nas palavras de Lauretis (1994), gênero é uma representação que tem efeitos concretos, tanto sociais quanto subjetivos, que constroem nos mais diversos espaços e práticas,

“realidades”, corpos e posições de sujeito. Portanto, *engendering*, um processo de produção de sujeitos, corpos e subjetividades a partir de um conjunto de práticas e discursos institucionais que controlam campos de significação, epistemologias e práticas sociais (científica, mídia, religiosa, jurídica, etc.) que generificam no constante processo de produção da diferença sexual como uma oposição binária natural.

Assim, é preciso refletir a produção da invisibilidade a partir de uma discussão em que os homens e o masculino sejam pensados para além da divisão binária, atendendo à proposta de Medrado e Lyra (2008) de discutir a partir de uma matriz feminista de gênero. O próprio uso do conceito de masculinidade hegemônica, que tem influenciado os estudos sobre homens, gênero e hierarquia social e tem fornecido ligação entre o campo de investigação de estudos de homens, os estudos feministas sobre patriarcado e modelos sociológicos de gênero, deve ser problematizado. Essa perspectiva refere-se a um padrão de práticas que estrutura e normatiza a posição dos homens nas relações de gênero, legitimando a subordinação das mulheres aos homens e exigindo que outros homens se posicionem em relação a ele, o que faz surgir a articulação entre masculinidade hegemônica e subordinadas (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2005). Essa perspectiva é acompanhada por diversas críticas. Embora masculinidade hegemônica diga respeito à sua produção juntamente com outras masculinidades (CONNELL, 1995), marcando, então, uma pluralidade, ainda mantém uma unidade sob o qual emergem diferentes perspectivas de masculinidade que variam conforme contextos culturais e históricos.

Seguindo os questionamentos de Mol (2008), se a realidade é feita em muitos contextos, então, também é múltipla, não se pode pensar em uma unidade sob o qual são produzidas diferentes visões. Mol (2008), seguindo a perspectiva de performatividade também trabalhada por Butler (2001), mas diferenciando-se desta, explora, a partir da doença, como algo é atuado (*enacted*) com a participação de humanos e não-humanos. Fugindo da ideia de múltiplas visões sobre um mesmo objeto, a autora discute, a partir da ideia de *enact*, sobre o modo como eventos e práticas fazem realidades existirem de formas diferentes e múltiplas. Isso significa que são várias as pessoas, objetos, técnicas, documentos, discursos, salas de atendimento, práticas, etc. que possibilitam que algo exista. Por isso, seguir essa perspectiva implica considerar como práticas de conhecimento geram determinados enquadramentos a despeito de outros e possibilitam intervenções que possuem efeitos concretos, sociais, subjetivos e materiais, que constroem realidades (MOL, 2008).

Refletir sobre a questão que guia esse trabalho significa discutir a produção de masculinidades como performada na prática da assistência social, não precedendo a essas práticas, mas moldada por elas, contrapõe-se a perspectiva de Connell (1995) sobre os debates de masculinidade hegemônica e subalterna. Butler (2008) traz uma potente questão a esse respeito quando coloca que se

gênero não pode ser pensado em número de dois, poderia pensar que existe apenas dois sexos. Sexo, ou a matéria biológica, não seria uma entidade que existira antes de atos performáticos, ou seja, não poderíamos pensar que existe uma única realidade biológica e múltiplas representações sobre gênero. Mas sim sendo produzidas nas práticas sociais, discursos, saberes, técnicas, documentos, leis que materializam o gênero. Há uma ênfase nas práticas discursivas e o efeito de citação que este tem para materializar gênero no interior de uma matriz de inteligibilidade (BUTLER, 2001). O que, para Barad (2017), significa pensar a materialidade do gênero como um fato ativo no trabalho do poder, em que o sexo não seria o produto final de práticas discursivas, mas intra-ativamente produzido por discursos e matérias.

Olharemos para as situações que dispararam essa discussão entendendo que os sujeitos concretos de gênero, homens e mulheres, são feitos a cada contexto de intervenção em relação com modos de pensar, documentos, constituição dos espaços de atendimento, projetos e ações planejadas para os serviços, etc. Assim, interessa problematizar o modo como vidas são avaliadas e tomadas como vidas que importam por dimensões morais e sensibilidades que *engendering*, em que é preciso estar atento aos “modos concretos pelos quais os indivíduos e grupos são tratados, sob quais princípios e em nome de qual moral, o que implica desigualdades e enganos” (FASSIN, 2009, p. 57, tradução nossa), e se perguntar sobre os efeitos e dar atenção aos processos de produção de sujeitos como realidades políticas e de atenção.

### **3 A família como foco da política de assistência social: tecnologia de gênero e a produção da invisibilidade**

A operacionalização da política de assistência social tem como intuito superar o clientelismo e constituir-se em um direito de cidadania que contrapõe aos tempos da benesse da Legião Brasileira de Assistência (LBA), fundado e conduzido pelas primeiras damas do governo federal. A Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 2004, respondia aos anseios em efetivar uma política pública de Estado em que superasse a lógica assistencialista, clientelista e filantrópica presente na trajetória da assistência social brasileira marcada pela LBA.

Por isso, sua aprovação expressaria a materialização das diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em que constitui a Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social no âmbito da Seguridade Social. O reconhecimento da assistência social como política pública e direito social resulta na implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que organiza os serviços socioassistenciais para atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. Promulgado pela Lei Federal nº 12.435, de 06 de julho de 2011, o SUAS tem enfoque na proteção

social, a partir da configuração de um sistema que reorganiza as ações por níveis de complexidade: básica, especial de média e especial de alta complexidade. Esses níveis são materializados pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), como proteção básica e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e instituições de acolhimento, como proteção especial.

A concepção e implementação dos serviços, programas e projetos desse sistema público tem como diretriz a centralidade da família como unidade de referência, através do principal serviço da Proteção Social Básica do SUAS, o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Assim, a operacionalização desse sistema dá-se através do CRAS que se apresenta como a “porta de entrada” da proteção social básica e trata-se de um serviço territorializado que tem por objetivo atuar preventivamente às situações de vulnerabilidade e risco social, tornando-se referência para a população de abrangência deste equipamento público (BRASIL, 2004).

Além do PAIF, ainda se encontra como eixo de atuação do CRAS a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), serviço organizado para complementar o trabalho social com famílias, realizado no PAIF, e também pelo serviço de proteção especializado, realizado pelo CREAS. O objetivo é a realização de atividades grupais de acordo com a faixa de idade dos/as integrantes que possibilitem o fortalecimento das relações familiares e comunitárias, além da integração e trocas entre participantes. Por isso, a divisão dá-se de modo a se trabalhar com crianças de 0 a 6 anos, crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, adolescentes de 15 a 17 anos, jovens entre 18 e 29 anos, adultos entre 30 e 59 anos e pessoas com mais de 60 anos.

Consideradas eixo fundamental da política de assistência social para a garantia de defesa de direitos e acesso aos serviços e demais políticas públicas, as divisões por níveis de proteção envolve as complexidades que atingem pessoas em situação de vulnerabilidade social: violação de direitos, fragilização de vínculos familiares e comunitários e até mesmo sua ruptura, acesso precário às políticas sociais, entre outras questões. Os documentos que orientam o planejamento dos serviços da assistência social definem objetivos, metas, público-alvo, caracterizando cada serviço conforme especificidades a serem atendidas.

Na cidade onde trabalhamos, localizada no interior do Rio Grande do Sul, com uma população estimada de quase 90.000 habitantes, existem três CRAS e um CREAS.

A política de assistência social foi implementada nesse município em 2009, iniciando com o serviço de proteção social especial, CREAS, local onde vem trabalhando a assistente social, e um dos CRAS, serviço da proteção social básica. O CRASA, espaço de atuação da psicóloga, iniciou suas atividades apenas em 2011 e, recentemente, em 2017, abriu no município o terceiro CRAS. Ainda se trata de uma política em construção nesse município e especificamente nos serviços que atuamos, por isso, convém refletir sobre esse cotidiano que pode-



se participar por dois anos, quando houve transferência para outro serviço da proteção social especial de média complexidade.

Quando a psicóloga iniciou suas atividades no CRAS A, havia dois grupos, um com mulheres e outro de crianças e adolescentes, todos homens; e as demais atividades davam-se através de visitas domiciliares, em geral por demanda do Conselho Tutelar ou Judicial, e os atendimentos diários por demanda espontânea. Esses atendimentos, realizados apenas com a equipe técnica, em geral eram pontuais e relacionados à busca por assistência material e, nesses casos, mulheres e homens dirigem-se para o serviço, ainda que aquelas sejam mais frequentes. Mas quando se trata de acompanhamento familiar, eram as mulheres o público-alvo preferencial.

O grupo de mulheres reunia-se semanalmente para realizar atividades artesanais com oficinaira, passando a ter o acompanhamento da psicóloga. No período em que esse grupo atuou, foi possível observar que eram todas mães, encaminhadas na medida em que a equipe técnica avaliava situações de vulnerabilidade social na família e compreendiam a necessidade desse acompanhamento. Esse grupo, portanto, ainda que formado por mulheres foi organizado pensando a família.

Já no CREAS, os homens aparecem com marcadores etários ou em serviços específicos, como crianças, adolescentes ou idosos vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa, população em situação de rua ou portador de deficiência com direitos violados. No caso de crianças e adolescentes, o primeiro atendimento é com o responsável, geralmente as mães, reforçando a responsabilidade destas no cuidado e seu papel tradicional na família. Fora dos marcadores etários, os homens não costumam aparecer nesse equipamento.

A partir do contato constante para discussão de casos e situações de acompanhamento observamos que são as mulheres majoritariamente que se dirigem aos serviços, seja na proteção social básica ou na proteção social especial. Passamos a refletir sobre o foco de ação no âmbito dessas proteções e os efeitos de produção de tomar o acompanhamento de famílias como princípio orientador sem questionamentos sobre quem são esses sujeitos e seus marcadores sociais. A experiência de trabalhar em um CRAS e CREAS demonstrou que a operacionalização da política de assistência social se dá, em sua maioria, a partir da participação das mulheres, *enact* gênero sem nomear.

As mulheres acabavam sendo as maiores demandantes dos atendimentos, responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF), seja na participação das atividades realizadas no serviço, seja no acompanhamento da saúde e educação, bem como principais atendidas quando se trata de acompanhamento de famílias em situação de violência e violação de direitos. As profissionais com quem trabalhou-se assumiam as mulheres como a família sem problematizar. Portanto, eram as mulheres majoritariamente que se dirigem aos serviços e embora o foco de ação tenha o acompanhamento de



famílias como princípio orientador a operacionalização da política de assistência social se dava, em sua maioria, a partir da participação das mulheres.

Carloto e Mariano (2010), analisando os documentos oficiais que orientam a implementação e execução da PNAS e uma pesquisa qualitativa junto aos CRAS de Londrina (PR), destacam que se os documentos oficiais da política e as diretrizes metodológicas do trabalho social estão orientadas para a família, há um deslocamento entre o que os documentos instituem e a prática. Nos documentos que orientam a execução da política, não há local que diga que são as mulheres as representantes preferenciais das famílias, mas as estratégias são dirigidas para a participação delas, principalmente, nos programas de transferência de renda 1.

Entre o desenho e a execução da política, gênero aparece como uma importante tecnologia que trabalha na produção de sujeitos e comportamentos considerados importantes para o cuidado com as crianças como forma de romper o ciclo da pobreza e, então, responsáveis pelo cuidado da unidade familiar, instrumentalizando-as a partir do papel da mulher-mãe como a principal atriz da política pública para a mediação entre esfera privada e esfera pública (CARLOTO e MARIANO, 2010). Essa associação entre família-mulher, conforme Meyer (2005), é incorporada pelas intervenções estatais em todas as políticas de inclusão social brasileiras com foco na família, em um processo que chama de politização do feminino e da maternidade. Então, é o modelo de família heterossexual que se está operacionalizando para o fortalecimento da função protetiva e do empoderamento das famílias no combate ao ciclo da pobreza e às violências e violações de direito.

Gênero como um campo político de disputas em que o poder se manifesta torna-se nas estratégias de intervenção planejadas nos serviços que trabalhamos diluído na categoria família, ainda que nos documentos da política de assistência social as situações de vulnerabilidade e risco social são abordadas a partir de uma noção multidimensional das desigualdades (social, econômica, política e cultural). Observamos que os/as diferentes profissionais como mediadores estatais ao priorizarem atendimentos individuais, seja conforme demanda ou por meio de agendamento, promovem ações e práticas de orientação que funcionam como aconselhamento e acabam por constituir a prática de acompanhamento em um processo de psicologização e individualização dos problemas sociais que acabam por responsabilizar as mulheres.

A complexidade das relações sociais e familiares passam a ser marcadas por práticas que *engendering* conformando corpos, vidas, subjetividades, discursos e práticas sociais. Gênero inscreve-se, assim, como uma tecnologia que produz uma dimensão fixa e permanente da diferença sexual, eclipsando seu caráter histórico, localizado e material, entrelaçando-se com formas contemporâneas de governo e produção de subjetividades que vão materializando as mulheres como sujeitos alvo da política e responsáveis pelas mudanças das situações de vulnerabilidade social que vivenciam sua família.

O efeito é produzir a invisibilidade dos homens na assistência social e, por conseguinte, na família, como destacam Nascimento (2010) e Barbosa e Freitas (2013) a respeito do acesso realizado pelas mulheres ao Cadastro Único para serem contempladas com o benefício do Programa Bolsa Família (PBF). Como observam as autoras, os homens eram omitidos nas entrevistas para inclusão no PBF como forma de possibilitar à família o recebimento do benefício, já que baixaria a renda familiar para o programa, sem indicar, contudo, a inexistência destes nos núcleos familiares acompanhados seja por aquela através do trabalho de campo de mestrado ou destas a partir do reencontro com as beneficiárias em outro contexto institucional. Como pontuam, eles estão presentes no cotidiano das famílias, mas invisíveis à política de assistência social.

Essas autoras destacam uma invisibilidade dos homens para o cotidiano da prática profissional na política de assistência social, mas durante os anos trabalhando na assistência social pudemos observar que diferentemente de uma ideia de invisibilidade como ausência, diferentes homens circulam pelos serviços da assistência social, aparecendo não como sujeitos marcados por gênero, mas marcados por outras categorias sociais e também de intervenção, como idade (crianças, adolescentes ou idosos), população em situação de rua, jovens em conflito com a lei, trabalhadores a procura dos cursos do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego ou, então, perpetradores de violência. Com efeito, eles são alvos das intervenções quando incluídos nessas categorias e pensados a partir delas, portanto, materializados como sujeitos alvo em práticas de produção de sujeitos e subjetividades que produzem tensões, contrastes e uma multiplicidade de modos de ser homem. Nesse sentido, a invisibilidade antes de uma ausência é uma das formas que gênero é performado (MOL, 2008), nesse espaço.

#### **4 Práticas e moralidades produzindo subjetividades**

Durante o planejamento dos grupos realizados no CRAS, acompanhamos discussões a respeito da participação de homens jovens que já alcançaram a maioridade civil ainda no grupo de convivência tipificado para os serviços de proteção básica, voltado para crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, já que não teriam mais perfil para esses grupos. Na época, ainda não tinha acontecido o reordenamento do SCFV em que se incluía as categorias etárias de 18 a 59 anos, por isso considerava-se que esses homens não tinham mais perfil para esses grupos, e como a tipificação indicava outros serviços que poderiam ser pensados para homens jovens acima de 18 anos, não foi pensado outras alternativas para a participação dos mesmos no CRAS A. A resposta veio de uma profissional, assistente social, que afirmava que esses jovens deveriam estar a procura de emprego e não mais em atividades socioeducativas. Ou seja, seu lugar não seria mais frequentar as atividades ofertadas pelo CRAS, embora as questões que os levaram a estar lá anteriormente ainda permanecessem em suas vidas.

Em 2014, foi inserido no serviço de convivência da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais as faixas etárias de 18 a 29 anos e 30 a 59 anos, fato que não foi acompanhado pelas/os profissionais da assistência social desse município que trabalhamos. À época, discutiam que não havia a necessidade de serem criados mais grupos no equipamento que contemplasse essa demanda, em boa medida considerada já “atendida” a partir de outras modalidades, como o acompanhamento familiar. Assim, as reflexões de diferentes marcadores sociais como constituindo modos de vida era eclipsado e os homens entre 18 e 59 anos continuava a ocupar um lugar ambíguo nas estratégias de atenção.

O questionamento sobre essa presença/ausência foi colocado em reuniões de discussão, planejamento e grupos de estudos organizados tanto pelas equipes técnicas quanto pela gestão do SUAS. Embora houvesse reconhecimento da presença majoritária das mulheres, a não problematização das marcas de gênero e, então, dos homens era justificada porque as mulheres dirigir-se-iam para resolver as questões relacionadas à família ou porque os homens estariam trabalhando no horário de funcionamento do CRAS. Tais argumentos (mais uma vez) baseavam-se na concepção da definição do papel histórico de organização familiar de mulher cuidadora e homem provedor.

Muniz (2011) e Barbosa e Freitas (2013) também pesquisando a questão dos homens na assistência social, ao analisarem as visões dos/as profissionais responsáveis pela implementação do PAIF, demonstram que essa invisibilidade é marcada por uma reprodução da lógica binária que separa atividades e intervenções planejadas para usuários do serviço considerando uma divisão sexual do trabalho, como observei nas diversas discussões apontadas anteriormente. Assim, percebia que a inserção das demandas de homens em diferentes situações, vulnerabilidade social e a presença destes no dia-a-dia causava incômodo aos agentes públicos responsáveis pela execução da política.

Em diferentes momentos houve solicitações para que a psicóloga “desse um jeito” em um usuário em situação de rua que ficava pelo serviço durante dia, especialmente para descansar. Era André<sup>2</sup>, um homem com aproximadamente trinta anos, marcado pela violência e disputas com outras pessoas em situação de rua, que ia até o CRAS para descansar porque afirmava que se dormisse a noite poderia não acordar mais. Esse incômodo era percebido por ele, o que, em alguns momentos, o fazia situar os/as profissionais sobre o modo como estava sendo tratado.

O incômodo com a presença desse homem ficou mais claro quando a psicóloga que o acompanhava foi chamada para atendê-lo. Ao ir até a sala de espera onde ele se encontrava presenciou-se uma entrevistadora do Cadastro Único e o agente de esportes discutindo com ele sobre sua presença no CRAS A. Em um tom mais exaltado, visivelmente incomodado, André falava com dois profissionais. Ao aproximar-se, a entrevistadora pediu que a psicóloga o levasse embora do local. André reagiu a essa fala e saiu do serviço indignado.

Acompanhado da psicóloga, já na rua afirmou que não era uma pessoa bem quista no serviço e reclamou do atendimento que recebia.

Como André, Jorge, 38 anos na época em que a psicóloga trabalhou no CRAS A, também passava, às vezes de forma velada outras explicitamente, por situações de constrangimento e humilhação. Jorge era “acompanhado” através das idas da esposa no serviço. Após a separação, tendo ficado sozinho, em uma residência em terreno invadido, sem luz, abastecimento de água e saneamento básico, passa a frequentar o equipamento a procura de auxílio. Uma situação familiar que até então estaria sendo acompanhada através da mulher, emerge: um homem desempregado, sem benefício de transferência de renda, residindo em moradia precária, demandando um olhar dos/as profissionais.

O movimento inicial foi de acolher e realizar uma escuta às questões que esse homem trazia. Mas com o tempo percebeu-se que a presença dele passava a se tornar um incômodo – o que queria um homem ali? Esse questionamento começou a emergir a partir da inclusão de um homem, o agente de esportes do CRAS A, no acompanhamento. Isso aconteceu porque Jorge afirmava que a psicóloga por ser mulher não compreendia as suas questões, o que tornava a conversa sempre tensa porque havia uma relação assimétrica de classe e gênero entre a psicóloga e Jorge. Percebendo a dinâmica das relações de classe e gênero perpassando os atendimentos realizados, compreendeu-se que precisaria utilizar outra estratégia de atenção a esse homem. Em uma manhã que Jorge havia aparecido no CRAS A, como sempre fazia para olhar televisão ou conversar, chamou-se o agente de esporte para participar de uma das conversas, realizada informalmente na sala de grupos. Foi um momento produtivo porque Jorge contou sobre suas dificuldades e sentimentos, afirmando ao final que o agente de esportes compreendia o que ele sentia por ser homem.

Esse momento criou um vínculo entre os dois fazendo com que Jorge tivesse esse profissional como referência. Passou a participar de algumas atividades coletivas organizadas por ele, às vezes acompanhado de André, bem como intervenções de acompanhamento terapêutico. Contudo, essas dificuldades manifestas por Jorge passaram a ser alvo de cobranças e, por diversas vezes, foi interpelado sobre a necessidade de procurar emprego. Se constituiu um olhar estigmatizado sobre sua vivência: seria alguém que não quer se ajudar, portanto, teria algum problema psicológico para estar na situação que se encontrava, desconsiderando-se os efeitos de classe e gênero nas condições de vida dos que vivem em situação de vulnerabilidade social. A relação entre serviço e usuário passou a pautar na psicologização e culpabilização o que levou a uma ruptura com o serviço, tendo deixado de frequentá-lo.

Em um contexto de acompanhamento familiar similar ao de Jorge, um casal que possuía três filhos em acolhimento institucional estava sendo acompanhado pela proteção básica, devido à situação de vulnerabilidade e extrema pobreza, em uma tentativa de auxílio material e restabelecimento dos vínculos familiares e, conseqüentemente, a guarda das crianças e o retorno

destas para o convívio da família. Com o passar do tempo houve a destituição do poder familiar, culminando a adoção das crianças. A estratégia inicial não restou exitosa, o “acompanhamento” dispensado ao casal foi espaçado. A mulher foi institucionalizada em instituição de longa permanência com característica asilar por sua família extensa e o homem, Valdemar, permaneceu na residência do casal, sem benefício de transferência de renda e em situação de vulnerabilidade social. Somente retorna ao olhar das equipes da assistência social quando atinge os sessenta anos, adentrando na categoria de idoso, por não conseguir mais organizar-se sozinho. Necessitava de auxílio e recebia a caridade dos vizinhos que, compadecidos com as circunstâncias, acionaram a rede de proteção à pessoa idosa, da qual a política de assistência social faz parte. Só então que os/as profissionais se dão conta do seu “esquecimento”.

Como se observa, a política de assistência social opera por meio de uma tecnologia de gênero porque são determinados sujeitos e corpos que ganham legitimidade para o atendimento e a atenção dada no cotidiano da política pública. Jorge e André, ambos homens adultos, eram marcados como “vagabundos”, sendo aquele diretamente demandado que trabalhasse para se ajudar. A ideia da preguiça, da vadiagem, malandragem e falta de ajuda foram marcando os modos de pensar e agir dos/as trabalhadores/as a respeito desses homens. Os incômodos expressos e as práticas de intervenção por vezes promovidas para esses homens indicavam a dinâmica de gênero operando e performando-o. Como observamos com esses três casos, a articulação com outros marcadores sociais, como o geracional ou deficiência, constituía as práticas de intervenção, pois foi somente quando Valdemar tornou-se idoso e Jorge tendo sofrido um acidente vascular cerebral que prejudicou uma mobilidade que a visibilidade foi possível.

Considerando essas situações de atendimento, percebemos que as competências para o acesso às políticas sociais são mobilizadas diferentemente considerando uma tecnologia de produção de corpos que reatualiza as normas de gênero binária (LAURETIS, 1994) e operam articuladamente com uma micropolítica das emoções (ABU-LUGHOD, 1990). A articulação entre gênero e emoções produz o engajamento tanto de usuários/as quanto dos/as mediadores estatais na materialização de gênero e constitui modos de governo e subjetivação. Conforme Fassin (2005), essa prática de governo somente pode operar se não apenas a necessidade, o mérito e justiça, mas também se a compaixão estiver presente, especialmente a sentimentalização.

É uma política da piedade que está no coração da decisão, na qual essas condições de decisão são produzidas a partir da individualização do infortúnio, a particularidade do caso e as competências pessoais para mobilizar, a partir de sua história de vida, algum sentimento de empatia, passando, então, para o registro da compaixão “lo qual”, diz o autor, “supone la existencia de competencias sociales que algunos movilizan facilmente mientras que otros generan repugnancia” (FASSIN, 2005, p. 212). Generosidade e repugnância são

emoções que materializam as condições de possibilidade de acesso e atenção dos/as profissionais na medida em que as emoções operam como produtoras de realidades, isto é, uma forma social de ação que performa-os e em contextos em que as emoções podem ser tanto produto quanto produtoras, o que Abu-Lughod (1990) chama de micropolíticas das emoções.

Nesse campo, as mulheres vão sendo subjetivadas como representante da família a partir do apelo aos filhos, a fragilidade dos vínculos ou precariedade das condições concretas de vida e também da disponibilidade afetiva dos/as mediadores/as estatais para determinadas situações e contextos de vida, de tal modo que a invisibilidade de alguns homens, quando esses não conseguem ocupar alguma das categorias sociais beneficiária, vão se materializando.

Portanto, como já vínhamos demonstrando, não se pode dizer que há uma aplicação de normas e diretrizes neutras na assistência social, senão um processo atravessado por uma tecnologia de gênero que marcam as políticas de piedade, de que fala Fassin (2005), como constituindo a prática das políticas do Estado voltadas à garantia dos direitos sociais das populações e são o local onde se vê sua produção. A mobilização dos sentimentos para concessão de benefícios e atendimento não estão apartados do modo como gênero opera na produção de corpos, sujeitos, narrativas e modos de governo.

## **5 Alguns questionamentos finais e novas possibilidades de discussão**

Barbosa e Freitas (2013) sustentam que as dificuldades do reconhecimento dos homens se dão porque a lógica das relações entre agentes sociais e usuáries/os dos serviços de assistência social é perpassada por noções de gênero que aproxima vulnerabilidade à imagem do feminino, de tal modo que as sociabilidades masculinas apresentar-se-iam em um “território vulnerável” que se contrapõe ao modelo de masculinidade hegemônica. Por isso, essas autoras, assim como Muniz (2011), discutem a invisibilidade dos homens na assistência social considerando uma perspectiva de gênero e, em especial, as discussões sobre masculinidades hegemônicas e subalternas e apontam que as especificidades das demandas dos homens nessa política pública devem ser levadas em consideração.

Esses questionamentos são importantes para pensar como gênero opera enquanto uma tecnologia na prática profissional, na vida social e na constituição das experiências dos sujeitos. Mas pode nos levar a um retorno de discutir gênero em uma dimensão descritiva, em que as relações de gênero são trabalhadas como esferas separadas, as experiências dos homens e das mulheres, neutralizando a diferença sexual enquanto dinâmico e produtivo. A categoria homem e sua materialidade também devem ser tomadas como parte do problema, mas pode aparecer sem questionamentos ou ainda que se

leve em consideração o caráter relacional do gênero pode se tomar apenas os diferentes discursos que se constroem sobre determinado sexo, não colocando a diferença sexual como intra-ativamente produzido nesse processo, aspecto que procuramos seguir para pensar os homens na assistência social.

Consideramos que é preciso refletir a produção da invisibilidade a partir de uma discussão em que os homens e o masculino sejam pensados para além da di-visão binária, atendendo à proposta de Medrado e Lyra (2008) de discutir a partir de uma matriz feminista de gênero. Como se colocou, os homens, em diferentes faixas de idade, com diferentes experiências e trajetórias de vida, aparecem no cotidiano de nosso trabalho. Então, a questão é pensar o modo como são constituídas a materialidade enquanto modulada por diferentes atividades, técnicas de intervenção, discursos e documentos, em que o corpo e os sujeitos não são uma dimensão única sob o qual repousa representações, mas as múltiplas formas sob o qual homens podem se constituir como sujeitos, em um duplo processo de subjetivação e sujeição.

Quando nos propomos a pensar as razões morais do estado na atenção aos homens, procuramos considerar a forma de governo posta em ação na administração dos dominados como atravessada por gênero. Percebe-se que o efeito, é um aprofundamento do sofrimento social, resultado de processos rotineiros de opressão e que também participam as instituições do Estado, intensificando a experiência de subalternização e produzindo idiomas de exclusão, posicionando as pessoas e grupos em lugares que possibilitem a inclusão ou não em processos de acompanhamento: é na posição de vulneráveis que se tornam receptores de intervenção social, mas também produz categorias beneficiárias e não beneficiárias. Portanto, a burocracia, a papelada produzida, a alocação de recursos/financiamento, as ações dos/as profissionais revestidas de caráter técnico e racional, entre outros aspectos da administração pública, produzem efeitos que legitimam as desigualdades, portanto, a violência estrutural.

A proposta seguiu a perspectiva de Fassin e outros (2013) de que a apreensão do estado é empírica, pensando os valores que perpassam o cotidiano das instituições públicas e que possibilitam que se governe populações precárias. O debate acerca das questões de gênero ainda é incipiente na assistência social e se faz necessária a urgente revisão do olhar das/os profissionais sobre o modelo de família e da divisão sexual do trabalho com o qual operam, de modo a questionar essa reprodução e os efeitos da violência estrutural ora praticada.

## Notas

<sup>1</sup> No PBF a preferência de que a responsável familiar, ou seja, a titular do benefício seja a mulher por implicitamente as mulheres o utilizariam para a melhoria da qualidade de vida da família toda. Já o Benefício da Prestação



Continuada – BPC, no caso da pessoa com deficiência ser considerada incapaz para a vida civil, observa-se que a responsabilidade pela gerência desta renda é da mulher, que normalmente é a mesma que provê os cuidados que o titular do benefício necessita.

<sup>2</sup> Os nomes foram alterados para fictícios a fim de manter a privacidade das identidades desses sujeitos.

## Referências

- ABU-LUGHOD, Lila. Shifting politics in Bedouin love poetry. In: \_\_\_\_\_; LUTZ, C. **Language and the Politics of Emotion**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- BARAD, Karen. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. **Vazantes**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 8-34, 2017.
- BARBOSA, Daguimar de Oliveira; FREITAS, Rita de Cássia Santos. A invisibilidade dos homens na proteção social básica: um debate sobre gênero e masculinidades. **OPIS**, Catalão, v. 13, n. 2, p. 58-83, 2013.
- BRASIL. MDSA. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: MDS, 2004.
- \_\_\_\_\_; MDSA. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Orientações Técnicas sobre o PAIF, volume I. Brasília, 2012.
- \_\_\_\_\_; MDSA. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Brasília, 2011.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes.(org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2008.
- CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 451-471, 2010.
- CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.
- \_\_\_\_\_; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept. **Gender & Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005.
- FASSIN, Didier. Governar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes. **Educación**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 201-226, 2005.
- \_\_\_\_\_. Another Politics of life is possible. **Theory, Culture and Society**, London, v. 26, n. 5, p. 44-60, 2009.
- \_\_\_\_\_. Introduction. Au cœur de l’État. In: \_\_\_\_\_; et al. **Juger, réprimer, accompagner: Essai sur la morale de l’État**. Paris: Éditions du seuil, 2013. p. 11-25.
- FONSECA, Claudia et al. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 9-34, 2016.
- FRITZEN, Juliana Pires. **A Feminização da Assistência Social: Discutindo Gênero e sua Interface com a Proteção Social**. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social.UFSC, 2015.

- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, 2008.
- MEYER, Dagmar E. Estermann. Uma politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2005.
- MOL, Annemarie. Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Orgs.). **Objectos impuros: Experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008. p. 63-78.
- MUNIZ, André Aristóteles da Rocha. **Homens, masculinidades e política pública de assistência social: uma análise de gênero no âmbito do programa de atenção integral à família (PAIF)**. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.
- NASCIMENTO, Ana Cláudia do. **Mulher, família e assistência social**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Mestrado e Doutorado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.
- SCHUCH, Patrice; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt; FONSECA, Claudia. Infâncias e crianças. Saberes, tecnologias e práticas. **Civitas**, Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 205-220, 2013.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.